

HABEAS CORPUS Nº 549.061 - MG (2019/0358736-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : NATALINO PEREIRA DOMINGOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de NATALINO PEREIRA DOMINGOS apontando como autoridade o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (Agravos em Execução n. 1.0035.18.000397-8/001).

Consta dos autos ter o Juízo das Execuções Penais concedido ao paciente o benefícios das saídas temporárias.

Irresignado, o Ministério Público Estadual ingressou com recurso, tendo o Tribunal de origem dado parcial provimento ao agravo em execução para reconhecer a necessidade de cumprimento de 1/6 da pena para a obtenção da aludida benesse. Eis a ementa do aludido julgado (e-STJ fl. 97):

EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO - SAÍDAS TEMPORÁRIAS - CONDENADO EM REGIME SEMIABERTO - CUMPRIMENTO DE 1/6 (UM SEXTO) DA PENA - NECESSIDADE - COMPENSAÇÃO DO PERÍODO USUFRUÍDO-RECURSO MINISTERIAL PARCIALMENTE PROVIDO. 1- O condenado que inicia o cumprimento de sua pena no regime semiaberto deve conquistar a obtenção do direito a saídas temporárias com o preenchimento de requisito objetivo, consistente no cumprimento de 1/6 (um sexto) de sua pena, se primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente, bem como do requisito subjetivo, demonstrando aptidão e merecimento da confiança. Destarte, considerando que, no presente caso, não restou preenchido o requisito objetivo necessário à obtenção da benesse, de rigor a sua revogação. 2- Inviável a compensação do período usufruído indevidamente por ausência de previsão legal.

V.V- O requisito temporal necessário à concessão do direito às saídas temporárias mostra-se inócuo, quando levado em consideração que a progressão para condenados primários sentenciados em regime semiaberto vale-se da mesma fração daquele benefício.

Opostos embargos infringentes pela defesa, esses foram rejeitados (e-STJ fls. 125/133).

No presente *writ*, sustenta a impetrante, em síntese, a desnecessidade de desconto de 1/6 da reprimenda para a aquisição das saídas temporárias.

Busca, liminarmente, a suspensão dos efeitos do acórdão impugnado.

No mérito, pugna seja restabelecida a decisão de primeiro grau.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, sobretudo porque, ao que parece, o acórdão impugnado encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte. Confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO PENAL. SAÍDA TEMPORÁRIA. ART. 123 DA LEP. AUSÊNCIA DO REQUISITO OBJETIVO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A pretensão deduzida neste habeas corpus vai de encontro ao entendimento desta Corte Superior de que: "[p]ara a concessão da autorização de saída temporária, são cumulativos os requisitos previstos no artigo 123 da Lei de Execução Penal. O fato de o paciente ter iniciado o cumprimento da pena no regime intermediário não dispensa o atendimento do requisito legal. **In casu, não há ilegalidade na negativa do benefício sem a prova do desconto mínimo de um sexto da pena**" (HC n. 347.829/SC, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª T., DJe 16/8/2016).

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 469.537/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 12/08/2019, grifei)

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se

Superior Tribunal de Justiça

imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser informada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste expediente.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator